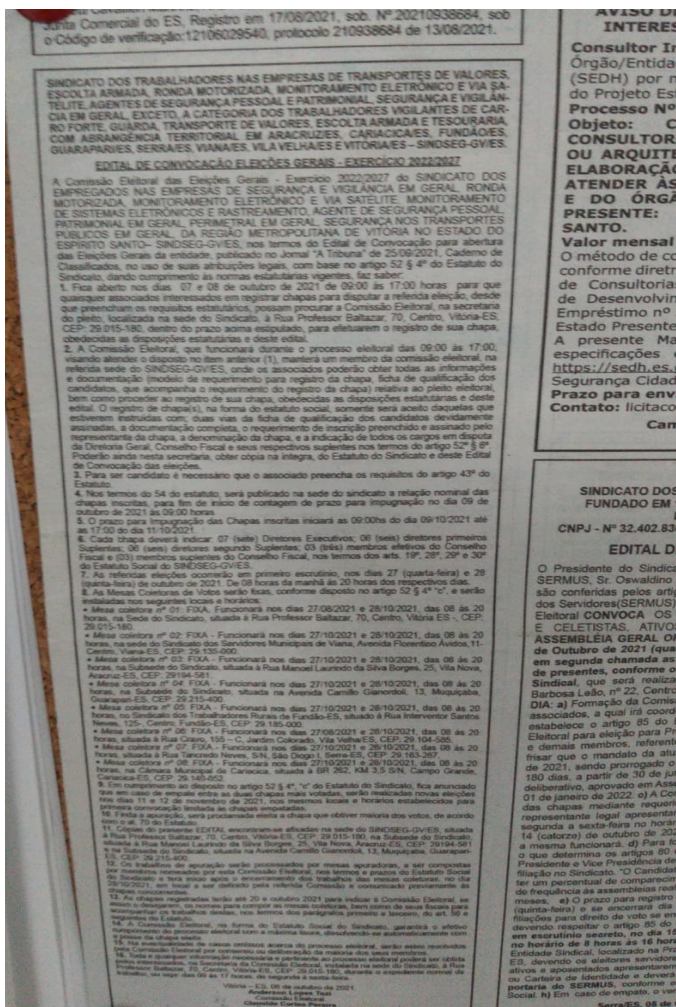




ESPIRITO SANTO

Eleições Gerais Exercício 2022/2027: Edital de convocação já está publicado



requisitos estatutários e, para registrar a sua chapa, deverão procurar a Comissão Eleitoral, na secretaria do pleito, localizada na sede do Sindicato, à Rua Professor Baltazar, 70, Centro, Vitória-ES, CEP: 29.015-180, dentro do prazo acima estipulado das 09 às 17 horas.

As eleições

As Eleições Gerais para o pleito 2022/2027 acontecerão nos dias 27/10/2021 (quarta-feira) e 28/10/2021 (quinta-feira), das 8 da manhã às 20 horas.

Locais de votação

Os locais de votação, ou seja, mas mesas coletoras de votos serão fixas e estarão instaladas nos locais e horários a seguir, confira a lista:

- Mesa coletora nº 01: FIXA. Funcionará nos dias 27/08/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, na Sede do Sindicato, situada à Rua Professor Baltazar, 70, Centro, Vitória ES -, CEP: 29.015-180.
- Mesa coletora nº 02: FIXA – Funcionará nos dias 27/08/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, na sede do Sindicato dos Servidores Municipais de Viana
- Avenida Florentino Ávidos,11-Centro, Viana-ES, CEP: 29.135-000.
- Mesa coletora nº 03: FIXA – Funcionará nos dias 27/10/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, na Subsede do Sindicato, situada à Rua Manoel Laurindo da Silva Borges, 25, Vila Nova, Aracruz-ES, CEP: 29194-581.
- Mesa coletora nº 04: FIXA – Funcionará

O Edital de Convocação das Eleições Gerais (exercício 2022/2027) foi publicado no jornal A Tribuna, na edição desta quarta-feira, dia 06 de outubro de 2021. Fica aberto nos dias 07 e 08 de outubro de 2021 o período de registro das chapas para disputar a eleição e que pode ser feito apenas por associados.

Os interessados deverão preencher os

nos dias 27/10/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, na Subsede do Sindicato, situada na Avenida Camillo Gianordoli, 13, Muquiçaba, Guarapari-ES, CEP: 29.215-400.

- Mesa coletora nº 05: FIXA – Funcionará nos dias 27/10/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fundão-ES, situado à Rua Interventor Santos Neves, 125-, Centro, Fundão-ES, CEP: 29.185-000.

- Mesa coletora nº 06: FIXA – Funcionará nos dias 27/08/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, situada à Rua Cravo, 155 – C, Jardim Colorado, Vila Velha/ES, CEP: 29.104-585.

- Mesa coletora nº 07: FIXA – Funcionará nos dias 27/10/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, situada à Rua Tancredo Neves, S/N, São Diogo I, Serra-ES, CEP: 29.163-267.

- Mesa coletora nº 08: FIXA – Funcionará

nos dias 27/10/2021 e 28/10/2021, das 08 às 20 horas, na Câmara Municipal de Cariacica, situada à BR 262, KM 3,5 S/N, Campo Grande, Cariacica-ES, CEP: 29.140-052.

Em casos omissos sobre o processo eleitoral, os mesmos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral por consenso ou deliberação da maioria dos seus membros e aos interessados, toda e qualquer informação necessária e pertinente ao processo eleitoral poderá ser obtida pelos interessados, na Secretaria da Comissão Eleitoral, instalada na sede do Sindicato, à Rua Professor Baltazar, 70, Centro, Vitória-ES, CEP: 29.015-180, durante o expediente normal de trabalho, ou seja: das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira.

Fonte: Sindseg/GV-ES (Mary Martins)

RIO GRANDE DO NORTE

Interfort: Ação judicial reivindica pagamento de horas extras durante o curso de reciclagem



Com objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores garantidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) o Sindsegur encaminhou uma ação judicial para regularizar o pagamento das horas extras dos vigilantes da Interfort que realizaram curso de reciclagem e não receberam os devidos valores.

Vale ressaltar, que antes de encaminhada a ação judicial o nosso sindicato realizou diversas notificações a empresa com objetivo

de regularizar a situação.

Como é de conhecimento de toda categoria, os empregados que realizam curso de reciclagem nos dias de folga é obrigatório que a empresa realize o pagamento de horas extras, admitindo-se a compensação.

Diante da situação, a empresa Interfort não realizou a compensação ou pagou os vigilantes os valores das horas extras. Portanto, o Sindsegur encaminhou uma ação judicial reivindicando o pagamento do referido direito previsto na Convenção Coletiva.

Não vamos aceitar nenhum tipo de exploração contra nossa categoria. A batalha contra o descumprimento da convenção coletiva de trabalho tem sido intensa, mas o Sindsegur é um sindicato de luta e vai continuar notificando e denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que as mesmas assumam seus compromissos trabalhistas. Juntos somos mais fortes.

Fonte: SINDSEGUR

INFORME DO SINDVIGILANTES/AL



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas informa que foi iniciado nesta segunda-feira, dia 04 de outubro de 2021, o pagamento de mais uma Ação Civil Coletiva dos vigilantes da empresa Preserve.

O processo se refere a um acordo via Justiça do Trabalho, onde o Sindicato impetrou com uma ação judicial requerendo a indenização das horas extras quando o vigilante estiver renovando o curso de reciclagem.

O Sindicato reconhece que quando o vigilante estiver participando do curso de reciclagem, ele tem o direito de receber as horas extras nos dias de sua folga, uma vez que a reciclagem visa o bom cumprimento da função.

Na oportunidade, o advogado Dr. Ítalo César esclareceu questões importantes

sobre o processo da Preserve, bem como de outras empresas que também estão sendo questionada na Justiça.

A Justiça do Trabalho reconheceu esse direito para os vigilantes da empresa Preserve, e a referida empresa propôs um acordo para o pagamento de todos os vigilantes admitidos até 08/05/2019 e que ainda estão na ativa.

O Sindicato parabeniza todos os vigilantes da empresa Preserve que foram beneficiados com mais esta ação e reforça que aguarda da conclusão de novos processos de outras empresas de vigilância do estado de Alagoas.

Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles!

Maceió/AL, 06 de outubro de 2021.

A Diretoria.

LIVE

Tema:
Aposentadoria Especial um
Direito Nosso

Márcio Figueredo

Dr. Benedito Oderley

Iran Marcolino

DIA 7/10/ 19H:30

Informações sobre o tema 1031 e as novas regras para aposentadoria especial

Sindfortern
Entidade Sindical

@Sindfortern

Nos rituais motivacionais das empresas, trabalhador tem de rebolar, gritar e orar

Trabalhadores relatam que as dinâmicas são longas e humilhantes, sempre em grupo



Vídeo mostra funcionários do Coco Bambu repetindo frases gritadas pelo sócio Ronan Aguiar

“Esse final de semana, temos uma convenção. Eu confesso que já estou bastante incomodada, sabendo que passarei meu final de semana em uma convenção de cunho bastante comercial e eu terei que fazer esses gritos e terei que fazer essas simulações muitas vezes”.

É sexta-feira, 19 de outubro, e Ana Maria está preocupada. Com mais de 20 anos de profissão e quase 15 destes trabalhando na Unicesumar, Universidade de Maringá (PR), ela cansou dos

ritos motivacionais exigidos pela empresa, que forcem trabalhadores, de acordo com relatos dos funcionários, a participarem de dinâmicas longas e humilhantes, sempre em grupo.

A Unicesumar, em resposta à reportagem, afirma que não força ninguém a tomar parte das atividades: “As ações são facultativas e têm como objetivo dar visibilidade a marca e nunca, constrangimento aos colaboradores”, diz, em nota, a universidade (leia a resposta completa ao fim desta reportagem).

Em algumas dessas atividades, os trabalhadores da Unicesumar devem se fantasiar de acordo com a temática da festa, seminário ou congresso.

Em grupo, entoam gritos de guerra que exaltam a empresa, formam corredores de aplausos para motivar supervisores que recebem novas metas e devem sorrir sempre, a fim de provar que a equipe está comprometida com o projeto da universidade.

Recentemente, um encontro promovido pela empresa teve motivos medievais e homenageava o escocês William Wallace, que lutou contra o domínio inglês no século XIII.

Os trabalhadores deviam se vestir a caráter. A escolha do cavaleiro da Escócia não foi aleatória, fazia alusão a William Matos, o pró-reitor da Unicesumar, que carrega o mesmo nome, e se vestiu como o próprio.

Matos é o responsável por levar a cultura de ritos motivacionais à Unicesumar. Nas redes sociais, seu perfil flutua entre o canastrão e o coach, com chavões plastificados e glorificação da empresa que herdou do pai, Wilson Matos, que entre 2007 e 2014 foi suplente do senador Álvaro Dias pelo PSDB no Paraná, mas chegou a assumir o mandato em duas oportunidades.

Em 9 de julho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nomeou Wilson Matos como conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em um dos gritos de guerra elaborados pela Unicesumar, que os trabalhadores repetem em voz alta e saltando, William é lembrado:

Olhos de águia / Punho de aço / Unicesumar é quem manda no pedaço / É uma marca de tradição / O nosso foco é no poder de execução / Força e coragem para vender / E qualidade no ensino para vencer / Ei, William, pode anotar / A força azul é que vai dominar.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



Fantasiado, William Matos está entre 4 trabalhadores da Unicesumar, que também usam adornos

Ana Maria conta que passou a ter contato maior com as dinâmicas motivacionais quando foi trabalhar no setor de Educação a Distância, modalidade em que a Unicesumar atende 314 mil alunos.

“Eu comecei a perceber que outros colegas também se sentiam bastante incomodados. A gente acaba fazendo, temos que fazer. Entre a gente, é um misto, em alguns momentos tratamos como uma piada, mas em outros como incômodo.”

Na Unicesumar, parte dos rituais são gravados. Mas, quando as câmeras não estão vigiando os trabalhadores, os supervisores ficam alerta.

“Eles conduzem de uma maneira que não temos opções de não aderir. Até hoje, não vi alguém que não tenha aderido, acabamos seguindo”, relata.

Nas campanhas, os trabalhadores são

coagidos a postarem as imagens em suas redes sociais. “São redes pessoais, onde somos obrigados a assumir essa questão profissional. Se não postamos, recebemos uma indireta, uma mensagem, dizendo que esquecemos de postar”, explica Maria.

“Eu já tive colegas que passaram por lá e não conseguiram se manter na instituição por incômodo com essa situação”, encerra.

Cultura estrangeira

O Brasil observa, na última década, o crescimento no número de empresas que investem em ritos motivacionais, sob o pretexto de integrar os trabalhadores e garantir maior envolvimento com a marca.

O método ganhou maior adesão após empresários famosos nas redes sociais o divulgarem. É o caso de Luciano Hang, dono da Havan, que exibe vídeos de seus funcionários cantando músicas juntos, saltando, fazendo coreografias e gritando o nome do empresário.

Mônica Gurjão, psicóloga do trabalho, explica que a constante exposição às situações de humilhação ou a participação forçada de dinâmicas em grupo “pode adoecer as pessoas.”

“Parece algo novo, mas a gente encontra manifestações como essa. É entendido como ‘você fazer parte dessa equipe’. Mas são rituais que podem ser adoecedores, porque podem suprimir a individualidade e a personalidade da pessoa. Não é porque eu trabalho numa determinada empresa, que eu deva participar de rituais que suprimem meus valores, crenças e subjetividades”, alerta Gurjão.

O juiz do Trabalho Luciano Frota, ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conta que essa prática foi importada por empresários brasileiros da cultura empreendedora estadunidense.

“Isso não é um tema tão incomum assim. Os empregados são forçados a participar dessas reuniões motivacionais, a entoar hinos, por vezes cantar sozinho, rebolar, enfim, situações

que expõem o trabalhador à humilhação e constrangimento”, ressalta Frota.

“Nem todos têm essa expansividade, no sentido de querer se mostrar nessas situações. Geralmente, são empregados que dependem do trabalho e as empresas se utilizam desse poder hierárquico para impelir o trabalhador a participar. Inclusive, sob pena de punição.”

Foi o que aconteceu com Manoel Barbosa, garçom contratado por uma das unidades do hotel Novotel no Rio de Janeiro. Antes de iniciar o período de trabalho, ele foi informado que deveria participar de um treinamento. Mas quando chegou ao local, se deparou com um cenário distinto do que esperava para praticar a rotina de seu ofício.

“Passamos por uma série de gincanas, cantando hino da empresa, tivemos que fazer palavra cruzada com o nome dos fundadores da rede, coisas dessa natureza. Eu achei isso bastante constrangedor, não foi para isso que me inscrevi, para ser plateia de programa de auditório”, lembra Barbosa, que se demitiu após o período de treinamento.

“Tínhamos que cantar. Eram músicas famosas, mas mudavam um pouco a letra para fazer referência ao hotel. Éramos cobrados. Se não participasse, vinha alguém perguntar se não tínhamos espírito de equipe. Você acaba não tendo o que fazer”, encerra Barbosa.

Cris Pessoa afirma que foi humilhada em uma unidade da Poupafarma, rede de farmácias com sede em 32 municípios de São Paulo.

A farmacêutica recorda que era obrigada a cantar os gritos de guerra da empresa.

“A gente tinha que orar, sempre no final da reunião. Fazia toda essa palhaçada e no final da reunião tínhamos que orar. Tinha pessoas que você não conhecia e tinha que abraçar, fazia um círculo e dava a mão. Tinha gente da cidade vizinha que eu não me dava bem, mas tinha que abraçar. Era muito constrangedor”

Após o dia de trabalho, Pessoa conta que

se arrependia. “Não precisava nem chegar em casa. Eu saía da reunião, entrava no carro e já me dava uma sensação de que aquilo não era necessário. Por que ficar gritando ali, interferiria no resultado profissional? É ruim, nos sentimos muito oprimidos. Ou você faz, ou eles colocam outra pessoa em seu lugar. Mas a gente precisa trabalhar, né? É humilhante”, desabafa.

Gritaria e amém

No dia 30 de agosto deste ano, um vídeo da inauguração de uma unidade do restaurante Coco Bambu em Sorocaba, interior de São Paulo, ganhou repercussão e críticas nas redes sociais. Nas imagens, Ronan Aguiar, sócio da marca, berra frases que são respondidas pelos trabalhadores do espaço.

A cena, constrangedora, ganhou o noticiário. No entanto, outro vídeo, de um mês antes, 26 de julho, mostra Ronan Aguiar inaugurando outra sede do restaurante, dessa vez em São José do Rio Preto, também no interior paulista. Antes da abertura da loja, o empresário conduz uma oração, que é repetida pelos trabalhadores. “Amém! Show”, grita o sócio do Coco Bambu, no final da prece.

As imagens chocaram até mesmo quem está acostumada a lidar com as mazelas do trabalho.

“Eu achei a cena do Coco Bambu extremamente humilhante. Qual é a visão que se teria de um trabalhador se ele disse que não queria participar desse ritual? Como esse trabalhador seria visto? Ainda como membro de uma equipe? A empresa acaba impondo isso e o trabalhador se vê obrigado a participar”, opinou a psicóloga Mônica Gurjão.

Cleonice Caetano, diretora de Assistência Social e Previdência do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de São Paulo (SECSP), lamentou as imagens nos restaurantes do Coco Bambu.

“É totalmente abusiva e não tem nada de motivacional. Nem todas as pessoas têm essa vontade de fazer esses ritos que eles obrigam, é

um assédio moral. Algumas pessoas acham que é normal e não percebem que vão adoecendo com isso. Não é nada normal você ficar na frente de uma porta pulando ou cantando um hino que a empresa criou, usando roupinhas constrangedoras. É uma violência no local de trabalho.”

“Rechaçado pelo judiciário”

Em 2015, a juíza Ana Paula Alvarenga Martins, da 1ª Vara do Trabalho de Americana, condenou o supermercado Walmart a pagar R\$ 30 mil em indenização a um trabalhador que reclamou na Justiça a humilhação que sofria dentro da empresa, onde era obrigado a cantar o hino motivacional, mesmo na presença dos clientes, e rebolar no interior de um círculo.

“A forma como isso vem sendo adotado é, em minha opinião, ofensiva à dignidade desses trabalhadores, porque eles são submetidos a uma série de constrangimentos. Apesar da maioria das empresas informarem que não é obrigatória a participação nesses cantos, ou nessas danças, o que verificamos nos processos judiciais é que há, sim, uma obrigatoriedade na participação”, explica Alvarenga Martins.

Não há, na lei brasileira, determinação de que a produção de ritos motivacionais ou dinâmicas em grupo sejam crimes. No entanto, a Justiça tem punido, na forma de assédio moral, os empresários que coagem os trabalhadores a participarem dessas atividades.

“Esse constrangimento é o que a Justiça tem entendido como irregularidade no exercício do poder do empregador, em relação aos empregados, ocasionando uma ofensa a direitos da personalidade. Há uma ofensa moral, um dano moral”, explica Alvarenga Martins.

“Várias sentenças têm sido proferidas nesse sentido, reconhecendo esse dano moral, condenando a empresa a indenizar esses trabalhadores”, ressalta.

“O impedimento legal é você ofender a intimidade do trabalhador, é a esfera da dignidade do trabalhador ser aviltada. O problema todo é aferir se de fato há liberdade. Se você não participar dos ritos, mas sofrer pressão de seus gestores, não há liberdade. Quase a totalidade dos casos que julguei, não há liberdade”, sentencia Frota.

Outro lado

O Brasil de Fato procurou a Unicesumar e a Poupafarma. Esta última não respondeu até publicação desta reportagem. A assessoria de imprensa do Novotel não retornou as chamadas da reportagem. A assessoria de imprensa do Coco Bambu não foi localizada. Caso haja algum posicionamento das empresas envolvidas, será publicado nesta página.

Leia, abaixo, a resposta da Unicesumar enviada ao Brasil de Fato.

A Unicesumar tem mais de 30 anos de história na educação superior e, desde o início, preza por um ensino de qualidade, mas além disso, por um ambiente de trabalho seguro e humanizado. Afinal, um dos objetivos da instituição é garantir a experiência dos estudantes e isso está diretamente relacionado a essas pessoas.

William Matos, que está a frente da educação a distância a (sic) 15 anos, é um líder preocupado com pessoas e propósito, por isso, está sempre à frente de ações de engajamento e motivação, como vídeos, palestras e até experiências imersivas - não apenas dentro da Unicesumar, mas também em suas redes sociais, focadas no público externo.

No que diz respeito às ações dentro da instituição, algumas campanhas motivacionais são lideradas por William Matos, que criou uma equipe interna para pensar e propor soluções para garantir o bem-estar dos colaboradores. Exemplo disso é o “Viva+”, executado em 2019, e que promovia atividades físicas, palestras e até rodas de conversa focadas em três pilares: corpo, mente e espírito, e que tinha como objetivo promover a saúde completa do colaborador. Atualmente, está em vigor a campanha “Processo 55”, que segue os mesmos moldes da anterior, dessa vez, com pilares como: Empatia, Gratidão, Confiança, Colaboração e Talentos Múltiplos. Em todos os casos, os colaboradores são convidados a participar das ações e assistir aos conteúdos, mas nunca obrigados.

Além disso, a instituição promove ações comerciais em seus mais de 900 polos espalhados pelo país, entre elas, ativações em redes sociais, mas também ações de rua, por exemplo, panfletagens, visitas a empresas e até ações em escolas. Todas essas ações são facultativas e tem como objetivo dar visibilidade a marca e nunca, constrangimento aos colaboradores.

Vale ressaltar que os colaboradores não são obrigados a participarem de nenhuma ação, assim como os polos de apoio presencial têm autonomia para seguir ou criar novas ações em cada cidade, afinal, funcionam como franquias, por isso, têm gestores e equipes locais.

*O nome dos trabalhadores da Unicesumar, Poupafarma e Novotel foram alterados para a matéria.

Edição: Leandro Melito

FONTE: CUT - Igor Carvalho, do Brasil de Fato

Ato público realizado na terça-feira (5) faz parte da mobilização permanente em defesa do emprego no Basa



Bancários do Banco da Amazônia (Basa), organizados pelo Sindicato dos Bancários do Pará, fizeram, na terça-feira (5), um ato público em frente à matriz do banco, em Belém, para protestarem contra a decisão do banco de demitir todo seu quadro de apoio

Em texto publicado em seu site, o Sindicato dos Bancários do Pará ressalta que se trata de uma decisão unilateral e arbitrária de demissão em massa de 145 trabalhadores e trabalhadoras. Dirigentes do sindicato, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) e da Associação dos Empregados do Banco da

Amazônia (Aeba) se juntaram aos protestos dos bancários do Basa com carro de som, faixas e balões. Um boletim informativo sobre o caso também foi distribuído às pessoas que passavam pelo local e aos bancários.

Os trabalhadores destacaram que as demissões ocorrem em plena pandemia, com alta da inflação, desemprego e carestia alimentar, que contribuem para um contexto

de crise econômica, política e institucional que cresce diariamente devido à má-gestão do governo Bolsonaro.

“Não é de hoje que a direção do Banco da Amazônia demonstra seu desprezo ao quadro de apoio. Temos feito lutas constantes pela inclusão desse segmento no Plano de Cargos e Salários, por exemplo, mas sempre encontramos resistência por parte da direção aos nossos apelos. Estivemos agora, todos os empregados, de todos os segmentos da instituição, irmanados na luta contra a MP 1052 pela sobrevivência do banco e a resposta que o Banco da Amazônia dá aos seus empregados é a demissão em massa do quadro de apoio. Não vamos aceitar essa postura autoritária e seremos resistência em defesa do emprego na instituição”, declarou o coordenador da comissão de empregados do Banco da Amazônia, Sérgio Trindade, que integra o quadro de apoio do banco.

Organizando a resistência

A manifestação desta terça-feira foi a primeira de uma série de ações que serão feitas contra as demissões e em defesa do emprego no banco. “O Banco da Amazônia não pode tratar o quadro de apoio como se fosse um lixo descartável. Esse segmento é formado por bancárias e bancários concursados, que dedicaram sua vida pelo crescimento e fortalecimento do banco, que se dispuseram a ir para os rincões do interior da Amazônia

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

ajudar a abrir agências, a instalar o sistema de telecomunicação do banco, muitos, inclusive, já assumiram função de gestão e agora são tratados como um segmento em extinção, sem serventia para a instituição”, afirmou o diretor jurídico do Sindicato dos Bancários do Pará e empregado do Basa, Cristiano Moreno. “O problema não é o quadro de apoio, mas a gestão do Banco da Amazônia, que não sabe aproveitá-lo”, completou.

No planejamento, também estão previstas ações nas redes sociais e o corpo a corpo junto aos parlamentares da Amazônia nas assembleias legislativas, no Senado e na Câmara dos Deputados, além de atos públicos de rua.

“Já deixamos claro para o Banco da Amazônia que não aceitamos negociar demissão em massa e que vamos utilizar todos os recursos que estiverem ao nosso alcance para denunciar essa decisão arbitrária e covarde de demitir o quadro de apoio ou qualquer outro segmento profissional dentro da instituição. Nossa mobilização será permanente e vamos envolver toda a categoria bancária, buscar apoio das centrais sindicais e de outros sindicatos, parlamentares e toda a sociedade em defesa do emprego no Banco da Amazônia”, concluiu a presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará,

Tatiana Oliveira.

Fonte: Contraf-CUT, com Bancários PA

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF